

RELATÓRIO CONCLUSIVO

Produto 4

Pesquisa de Opinião

Contrato: N° 38/2015

“Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce”

Contratante: IBIO AGB DOCE



Dezembro 2015

RELATÓRIO CONCLUSIVO

Produto 4

Pesquisa de Opinião

Contrato: N° 38/2015

“Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce”

Contratada: IMPOM PESQUISAS E
INTELIGÊNCIA COMPETITIVA LTDA



Dezembro 2015

Apresentação da Equipe:

Milaine de Andrade – Diretora Técnica de Projetos - Administradora de Empresa –
CRA/MG: 37.132;

Luiz Angelo Magalhães Gomes – Diretor Operacional de Projetos - Especialista em
Pesquisa de Marketing.

Lawrence de Andrade - Analista de Mercado - Mestre em Ciências Naturais na Área de
Concentração: Geologia Ambiental e Conservação de Recursos Naturais do Programa
de Pós-Graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais. Departamento de
Geologia – DEGEO, Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Minas Gerais, Brasil.

Avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco

Relatório Conclusivo – Produto 4 – Pesquisa de Opinião

Elaborado por: Luiz Angelo Magalhães Gomes	Supervisionado por: Milaine de Andrade		
Aprovado por: Milaine de Andrade	Revisão	Finalidade	Data
	1ª	3	04/12/15
Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário [3] Para Aprovação			

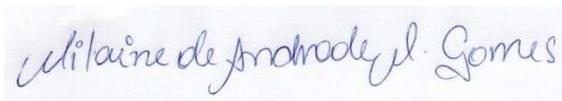


IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA LTDA
Rua São Romão, 166 – Loja 10 – Santo Antônio
Belo Horizonte – MG – CEP: 30.330-120
Luiz Angelo Magalhães Gomes 031 3317-0201

Apresentação

A IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA contratada pelo IBIO AGB DOCE para realizar esse Projeto de Pesquisa é uma empresa que desenvolve e executa projetos de pesquisas de marketing, social, política, mídia e opinião pública, bem como presta consultoria de marketing e de inteligência competitiva. Tem como missão atuar no tratamento de dados primários e secundários, transformando-os em informações mercadológicas confiáveis e com elevado padrão de qualidade, de forma a atender às necessidades dos nossos Clientes.

Dentro desse contexto, apresenta o RELATÓRIO CONCLUSIVO denominado Produto 4. O resultado da pesquisa de opinião teve como premissa uma avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce, através de análises descritivas de cada variável em estudo seguido de gráficos ilustrativos e conclusões.



Milaine de Andrade Magalhães Gomes

Diretora Técnica

CRA/MG: 37.132

Sumário

	Pág.
I – INTRODUÇÃO .E CONTEXTUALIZAÇÃO	07
II – OBJETIVOS	07
III – METODOLOGIA	08
IV – PLANO AMOSTRAL	09
V – PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS	12
VI – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	12
VII – CONCLUSÕES	37

Lista de Figuras

	Pág.
I – FIGURA 1 - FÓRMULA DE DIMENSIONAMENTO DA AMOSTRA	09

Lista de Tabelas

	Pág.
I – TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEGMENTO	11
II – TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR FAIXA DE USUÁRIO	12

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O Documento Técnico (Relatório Analítico) denominado Produto 4 é o quarto e último produto previsto no Contrato N° 38/2015, firmado entre o IBIO AGB DOCE e IMPOM Pesquisas e Inteligência Competitiva, com objeto “CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE METODOLOGIA DE PESQUISA PARA AVALIAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE”

Alinhado com as especificações do Termo de Referência, o mesmo apresenta os resultados da pesquisa através de análise descritiva seguida de gráficos ilustrativos de cada variável em estudo e uma conclusão, bem como descreve a metodologia de forma sucinta que norteou os objetivos necessários ao cumprimento do escopo do referido Contrato. O detalhamento da metodologia encontra-se no Documento Técnico Produto 2. Para tanto, o presente documento foi estruturado nos seguintes itens:

- Introdução e contextualização;
- Objetivos Gerais e Específicos;
- Metodologia;
- Plano Amostral;
- Plano de Tratamento dos Dados;
- Apresentação dos Resultados;
- Conclusões.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Colher e analisar informações que possibilitem conhecer a percepção dos usuários cobrados sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na bacia hidrográfica do Rio Doce.

2.2. Específicos

- Caracterizar o perfil dos usuários por segmento, porte, tipo de usuário e tempo que paga pelo uso de recursos hídricos, na bacia hidrográfica do Rio Doce;
- Medir o nível de conhecimento sobre o Comitê da bacia do Rio Doce – CBH Doce;
- Medir o nível de conhecimento sobre a entidade delegatária de funções de agência de água – IBIO AGB DOCE;
- Medir o nível de conhecimento sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- Medir o nível de conhecimento sobre o montante e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- Identificar a gestão de recursos hídricos, implantadas nos próprios empreendimentos dos usuários cobrados;
- Colher críticas e sugestões pela cobrança de recursos hídricos da bacia do Rio Doce.

3. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos, foi utilizada a técnica de pesquisa QUANTITATIVA “*Survey*” do tipo, *descritiva* e *corte-transversal* que, consiste na aplicação de questionário estruturado em uma amostra do universo a ser pesquisado. Essa técnica permite a construção de tabelas de frequência, cruzamentos de variáveis e diversos outros tratamentos estatísticos que se mostrem necessários à análise do estudo em questão (vide Documento Técnico Produto 2).

Público Alvo

O público alvo para este estudo foi composto por usuários cobrados de recursos hídricos na Bacia do Rio Doce.

Coleta dos Dados

A coleta dos dados foi da responsabilidade da IMPOM PESQUISAS através de ENTREVISTAS POR TELEFONE descrito no TDR e tendo como instrumento de coleta

um QUESTIONÁRIO estruturado que foi encaminhado pela contratante. O QUESTIONÁRIO foi elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA com contribuições das entidades delegatárias. Por se tratar de uma versão num formato de QUESTIONÁRIO para pesquisa de AUTO-PREENCHIMENTO, se fez necessário a adequação de suas perguntas/questões para atender tecnicamente a metodologia de pesquisa POR TELEFONE proposta pela IMPOM PESQUISAS, tendo o cuidado necessário para manter o mesmo sentido do conteúdo original de suas perguntas/questões. O questionário consta do anexo do Produto 2 – Documento Técnico, bem como constam no anexo do Relatório Estatístico – Produto 3, as justificativas de cada uma das questões que sofreram adaptação para pesquisa por telefone.

Trabalho de Coleta dos Dados

O trabalho de coleta dos dados foi realizado por equipe de entrevistadores e supervisores devidamente treinados em técnicas de entrevistas e supervisionados pela direção da IMPOM PESQUISAS, tendo como premissa o nível de exigência recomendado pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA D EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP, da qual a IMPOM PESQUISAS é filiada.**

4. PLANO AMOSTRAL

Dimensionamento da Amostra

Para um UNIVERSO de **139** usuários de recursos hídricos da bacia do Rio Doce e considerando um nível de confiança de **95%** e uma margem de erro de 4,9%, o tamanho da amostra foi de **103** elementos, ou seja, foram entrevistados **103** usuários, conforme fórmula abaixo:

Figura 2 – Fórmula de Dimensionamento da Amostra

$$n = \frac{N}{1 + \frac{N-1}{PQ} \times \left(\frac{d}{Z_{\alpha/2}}\right)^2} = \frac{139}{1 + \frac{139}{0,25} \times \left(\frac{0,049}{1,96}\right)^2} = 103$$

Onde,

N → Universo a ser pesquisado (139)

1- α → Nível de confiança (95%)

d → erro amostral (4,9%)

PQ → variabilidade populacional (0,25)

q → 1 - p

Limitações: Diante das dificuldades encontradas no decorrer do trabalho de coleta dos dados, tais como: telefones errados; telefones que não completavam ligações; telefones que caem em secretária eletrônica e não retornavam a ligação; recusas; dentre outras ocorrências, impossibilitou de seguir a risca o Plano Amostral desenhado no Documento Técnico – Produto 2, sendo necessário recorrer a todos os **139** usuários que constavam da listagem de forma censitária para o alcance de **103** usuários que foram entrevistados na pesquisa. Todas as ocorrências foram registradas caso a caso na listagem fornecida pelo IBIO AGB DOCE gerando um documento a parte em planilha em Excel. Dessa forma, a amostra foi probabilística não proporcional, ou seja, a amostra dos estratos não foi proporcional à extensão desses no universo.

Distribuição da Amostra

Diante das limitações relatadas acima, a amostra foi distribuída da seguinte forma, conforme tabelas abaixo:

Tabela 1 – Distribuição da Amostra por Segmento

Segmento	Amostra
Mineração	29
Indústria	14
Irrigação	13
Outro	13
Abastecimento Público/Esgotamento Sanitário	12
Criação de Animais	10
Diversos	9
Geração de Energia	2
Turismo e Lazer	1
Total	103

Tabela 2 – Distribuição da Amostra por Faixa de Usuário

Faixa	Valor Pago (\$)	Amostra
A	Acima de 10.000,00	19
B	De 5.000 a 10.000,00	10
C	Abaixo de 5.000,00	74
Total	-	103

5. PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento e análise dos dados foram da responsabilidade da IMPOM PESQUISAS E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA, após a crítica dos dados coletados.

Tabulação dos Dados

Os dados foram tabulados através do software LE SPHINX, trata-se de software estatístico que permite tratamentos de dados qualitativos e quantitativos que gera tabelas de frequência e gráficos ilustrativos das variáveis em estudo.

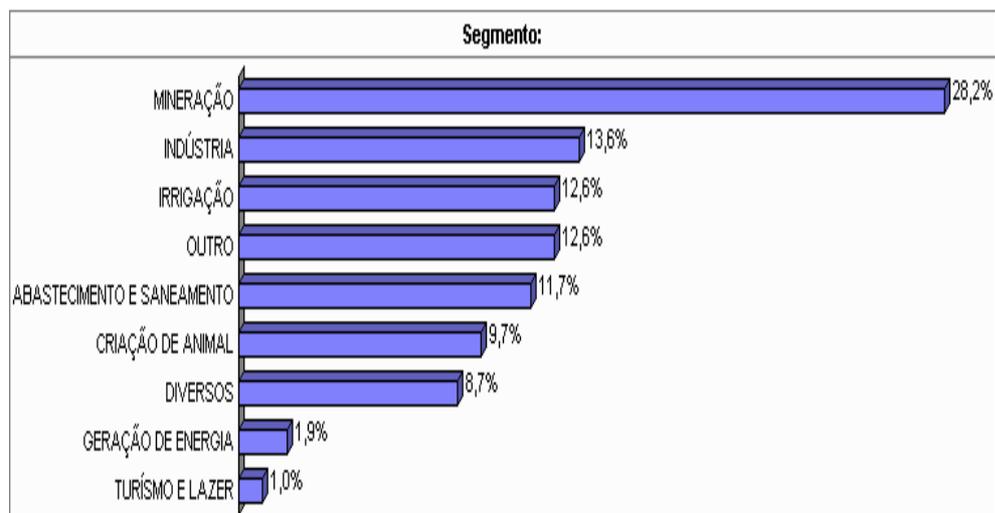
6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa através de análise descritiva e gráficos ilustrativos de cada variável, bem como uma conclusão do estudo.

6.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Questão 01: Segmento:

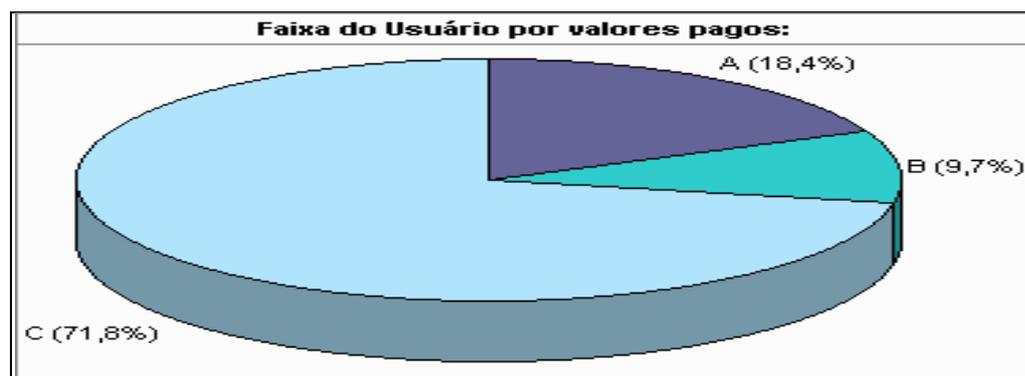
Mais de 1/4 dos entrevistados é pertencente ao segmento MINERAÇÃO (28,2%).



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 02: Faixa do Usuário por valor pago:

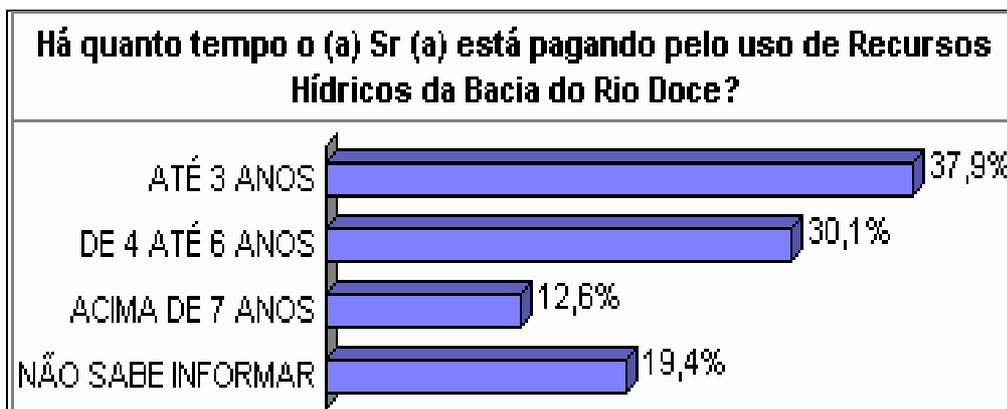
A maioria dos entrevistados é da FAIXA C que contribui com até 5 MIL REAIS (71,8%).



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 03: Há quanto tempo o (a) Sr (a) está pagando pelo uso de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce?

Um pouco mais de 1/3 dos entrevistados estão pagando pelo uso dos recursos hídricos ATÉ 3 ANOS (37,9%).



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

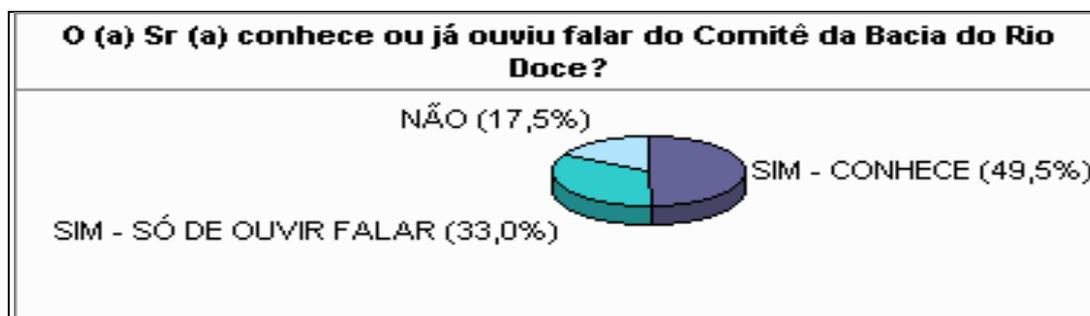
6.2. NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE – CBHDOCE

Questão 04: O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do Comitê da Bacia do Rio Doce?

Cerca de 50% dos entrevistados afirmaram que SIM conhecem o COMITÊ DA BACIA DO RIO (49,5%).

Um 1/3 dos entrevistados afirmaram que SIM – SÓ DE OUVIR FALAR (33%).

Já quase 1/5 dos entrevistados afirmaram NÃO CONHECER o COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE (17,5%).



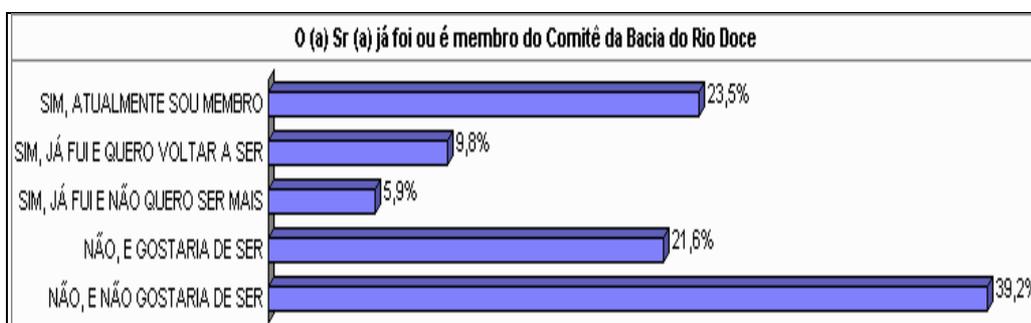
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 05: O (a) Sr (a) já foi ou é membro do Comitê da Bacia do Rio Doce?

Uma parcela de 39,2% disse que NÃO, E NÃO GOSTARIA DE SER, enquanto que 23,5% dos entrevistados afirmou ser ATUALMENTE, membro do COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE, enquanto que.

Já 21,6% dos entrevistados disseram que NÃO, e GOSTARIAM DE SER membro do COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE.

Cerca de 10% dos entrevistados afirmou que já FOI e gostaria de VOLTAR a ser membro do COMITÊ DA BACIA DO RIO DOCE e uma parcela de 5,9% dos entrevistados afirmou que SIM, JÁ FOI E NÃO QUER SER MAIS.



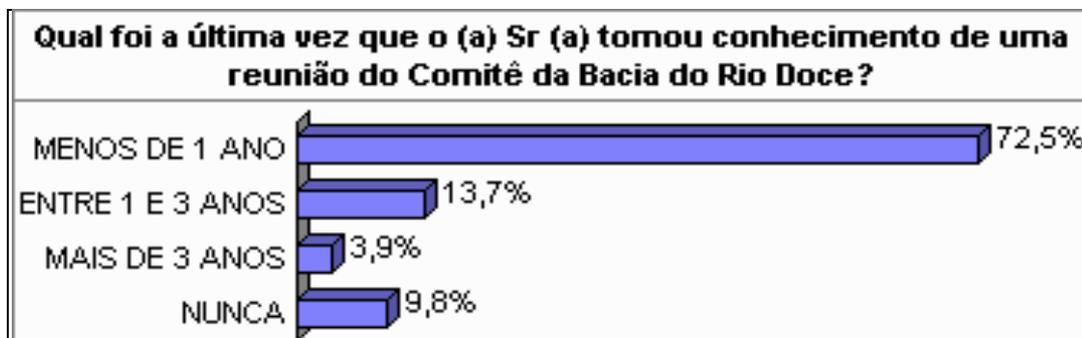
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 51

Questão 06: Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce?

Quase 3/4 dos entrevistados (72,5%), tomou conhecimento de uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Doce há MENOS DE 1 ANO.

Já 13,7% dos entrevistados tomaram conhecimento ENTRE 1 e 3 ANOS, enquanto que 3,9% há MAIS DE 3 ANOS.

Outra parcela de 9,8% dos entrevistados afirmou que NUNCA tomou conhecimento.



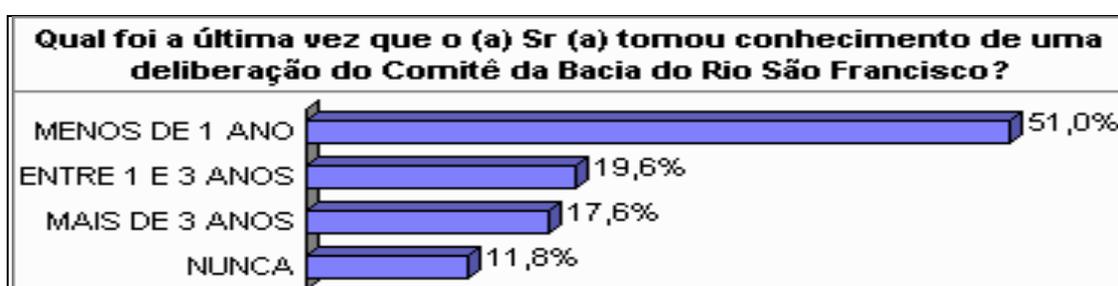
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 51

Questão 07: Qual foi a última vez que o (a) Sr (a) tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio São Doce?

Um pouco mais da metade dos entrevistados (51%), tomou conhecimento de uma deliberação do Comitê da Bacia do Rio Doce há MENOS DE 1 ANO.

Já 19,6% dos entrevistados tomaram conhecimento ENTRE 1 e 3 ANOS, enquanto que 17,6% há MAIS DE 3 ANOS.

Uma parcela de 11,8% dos entrevistados afirmou que NUNCA tomou conhecimento.



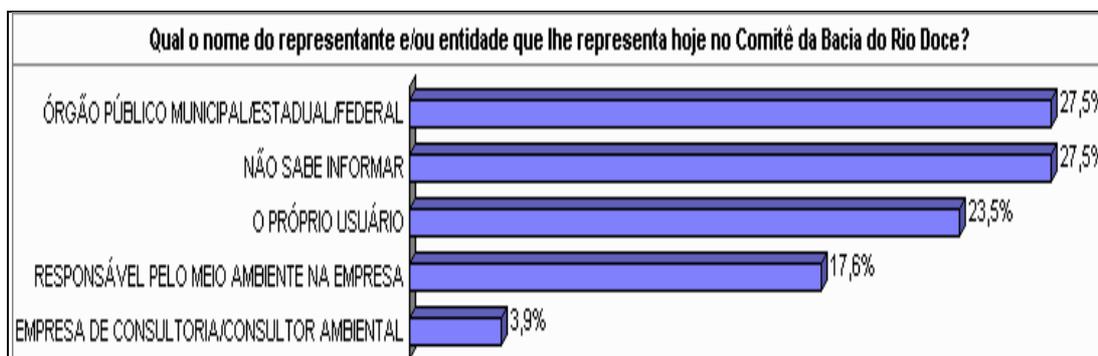
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 51

Questão 08: Qual o nome do representante e/ou entidade que lhe representa hoje no Comitê da Bacia do Rio Doce?

Mais de 1/4 dos entrevistados (27,5%) afirmaram que são representados por ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL. Na mesma proporção, 27,5% NÃO SOUBERAM RESPONDER quem seria os seus representantes.

Já 23,5% dos entrevistados afirmaram ser o PRÓPRIO USUÁRIO representante no Comitê da Bacia do Rio Doce, enquanto que 20,3% dos entrevistados disseram que o representante é o REPOSNSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE NA EMPRESA.

Em menor proporção foram citados EMPRESA DE CONSULTORIA/CONSULTOR AMBIENTAL (3,9%).



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 51

Questão 09: O seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio São Doce?

Cerca de quase 2/3 dos entrevistados (60,8%) citaram que o seu representante mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e a sua aplicação no Comitê da Bacia do Rio Doce.

Todavia, uma parcela de 39,2% dos entrevistados afirmou que o seu representante não mantém esse diálogo.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 51

Questão 10: O (a) Sr (a) considera que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia?

Dentre os entrevistados, 31,4% consideram que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem PARCIALMENTE para a gestão dos recursos hídricos da bacia.

Entretanto, mais da metade dos entrevistados (53%) consideram que as decisões do Comitê da Bacia do Rio Doce contribuem para a gestão dos recursos hídricos da bacia. Desses, 27,5% consideram que contribuem TOTALMENTE, enquanto que 25,5% afirmaram que contribuem MUITO.

Uma parcela dos entrevistados (11,8%) considera que a contribuição é POUCA.

Já 3,9% dos entrevistados NÃO SOUBERAM RESPONDER.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 51

6.3. NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA – IBIO AGB DOCE

Questão 11: O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar do IBIO AGB DOCE entidade delegatária de funções de agência de água?

Cerca de 3/5 dos entrevistados (60,2%) NÃO CONHECEM ou nunca ouviram falar do IBIO AGB DOCE.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 12: O (a) Sr (a) conhece ou não as funções desempenhadas pelo IBIO AGB DOCE?

Dos entrevistados que afirmaram conhecer o IBIO AGB DOCE, quase 2/3 deles (65,9%) conhecem as funções desempenhadas pela delegatária.



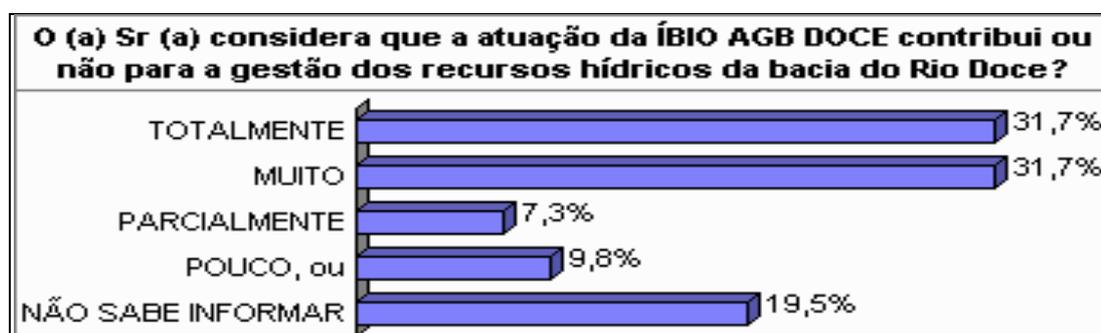
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 41

Questão 13: O (a) Sr (a) considera que a atuação do IBIO AGB DOCE contribui ou não para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce?

Quase 2/3 dos entrevistados (63,4%) consideram que a atuação do **IBIOAGB DOCE** contribui para a gestão dos recursos hídricos da bacia do Rio Doce. Desses, uma parcela de 31,7% consideram que contribui **MUITO**, enquanto que na mesma proporção, 31,7%, afirmaram contribuir **TOTALMENTE**.

Já para 9,8% dos entrevistados a contribuição é **POUCA**, enquanto que para uma minoria de cerca de 7%, a contribuição é **POUCA**.

Uma parcela significativa (19,5%) **NÃO SOUBE INFORMAR**.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 41

6.4. NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Questão 14: O (a) Sr (a) conhece ou não os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos?

Cerca de 1/3 dos entrevistados citaram **NÃO CONHECER** os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (34%), enquanto que, 22,3% dos entrevistados disseram **CONHECER PARCIALMENTE** e 14,6% **CONHECEM POUCO**.

Apenas 29,2% dos entrevistados possuem esse **CONHECIMENTO**, desses, 17,5% **CONHECEM TOTALMENTE** e 11,7% **CONHECEM MUITO**.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Rua São Romão, 166 – Loja 10 – Santo Antônio
Belo Horizonte – MG – Cep: 30.330-120
Telefax: 31 3317-0201
E-mail: impom@impom.com.br
Site: www.impom.com.br

Questão 15: O (a) Sr (a) conhece ou não os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia?

Mais de 2/5 dos entrevistados (45,6%) NÃO CONHECE os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia. Cerca de um pouco mais de 2/3 dos entrevistados citaram que CONHECEM PARCIALMENTE ou POUCO (34%).

Apenas 1/5 dos entrevistados (20,4%) afirmaram CONHECER os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia, sendo que, 3,9%, CONHECEM MUITO e 16,5% CONHECEM TOTALMENTE.



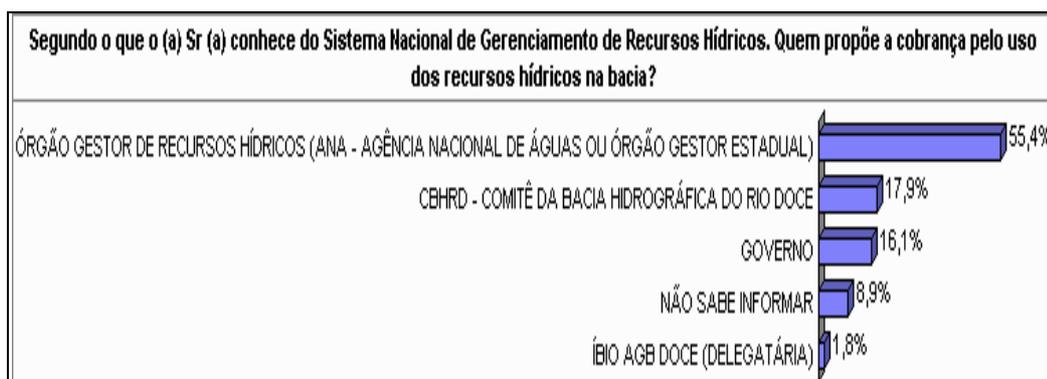
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 16: Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia?

Segundo mais da metade dos entrevistados (55,4%), quem propõe a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia é o ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL).

Para um 17,4% dos entrevistados CBHDOCE – COMITÊ DA BACIA HDORGRÁFICA DO RIO DOCE essa função, enquanto que, para 16,1% quem propõe é o GOVERNO.

O IBIO AGB DOCE foi citado por 1,8% dos entrevistados e 8,9% NÃO SOUBERAM RESPONDER.



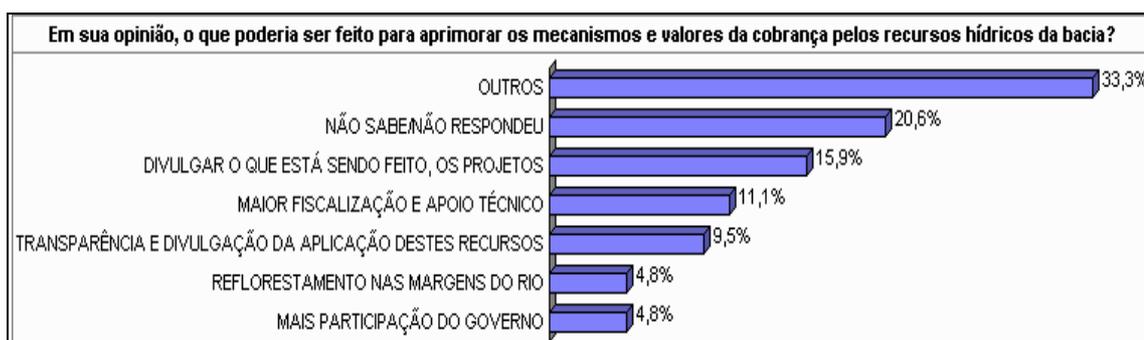
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 56

Questão17: Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da bacia?

A maior parcela de entrevistados (15,9%) sugeriu que é preciso **DIVULGAÇÃO DO QUE ESTÁ SENDO FEITO, OS PROJETOS**.

Num patamar abaixo, segundo os entrevistados deveria **TER FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO**; **TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DA APLICAÇÃO DESTES RECURSOS**; **REFLORESTAMENTO NAS MARGENS DO RIO** e **MAIOR PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO**, com 11,1%, 9,5%, 4,8% e 4,8%, respectivamente.

Uma parcela significativa **NÃO SOUBE/NÃO RESPONDEU** essa questão (20,6%).



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 126 - Incluem respostas múltiplas

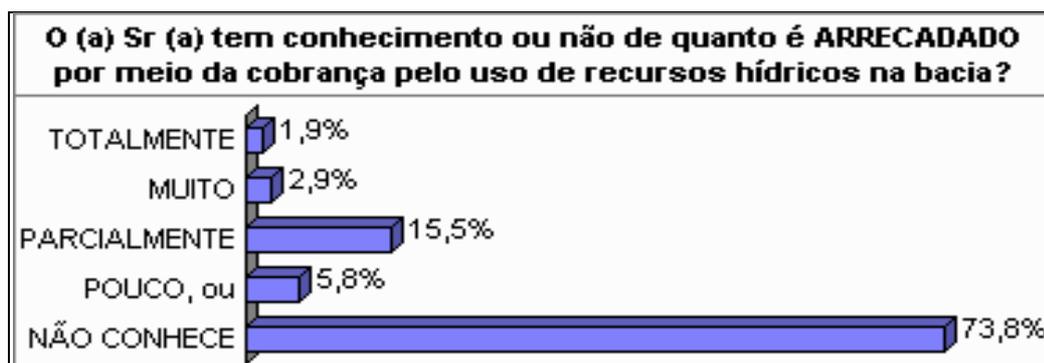
6.5. NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Questão 18: O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não de quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia?

A maioria absoluta dos entrevistados (73,8%), NÃO CONHECE o quanto é ARRECADADO por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia.

Cerca de 15,5% dos entrevistados afirmaram conhecer PARCIALMENTE e POUCO (5,8%).

Apenas a minoria absoluta citou que conhece TOTALMENTE e MUITO, com 1,9% e 2,9%, respectivamente.



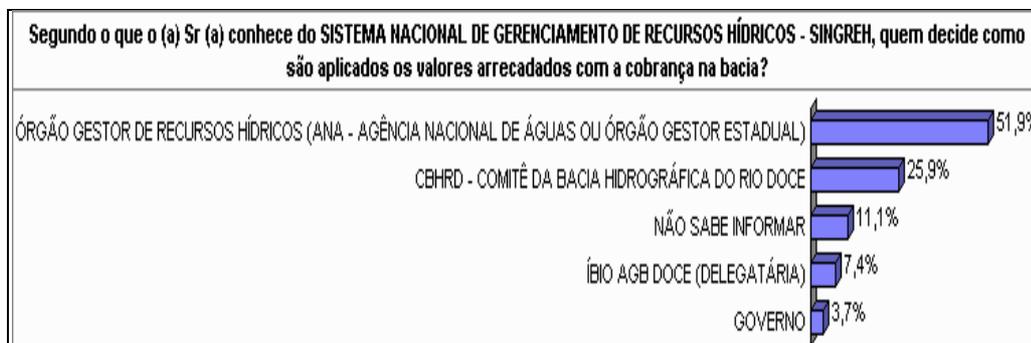
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 19: Segundo o que o (a) Sr (a) conhece do SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS – SINGREH, quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia?

Para mais da metade dos entrevistados (51,9%), quem decide como são aplicados os valores arrecadados com a cobrança na bacia é o ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS (ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS OU ÓRGÃO GESTOR ESTADUAL).

Já para 1/4 dos entrevistados essa função pertence ao CBHDOCE – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE, enquanto que para 7,4% essa decisão é do IBIO AGB DOCE.

Para 3,7% dos entrevistados essa função é do GOVERNO. Enquanto que 7,4% dos entrevistados NÃO SOUBERAM INFORMAR.



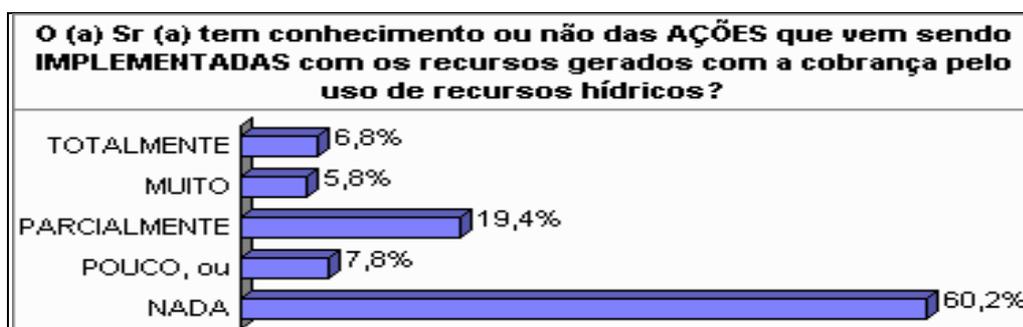
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 27

Questão 20: O (a) Sr (a) tem conhecimento ou não das AÇÕES que vem sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?

A maioria dos entrevistados (60,2%), não conhece NADA das AÇÕES que vêm sendo IMPLEMENTADAS com os recursos gerados através da cobrança pelo o uso de recursos hídricos.

Cerca de um pouco mais de 1/4 dos entrevistados (27,2%) afirmou conhecer PARCIALMENTE (19,4%) e POUCO (7,8%).

Apenas a minoria dos entrevistados citou que conhece TOTALMENTE (6,8%), enquanto que 5,8% afirmaram conhecer MUITO.



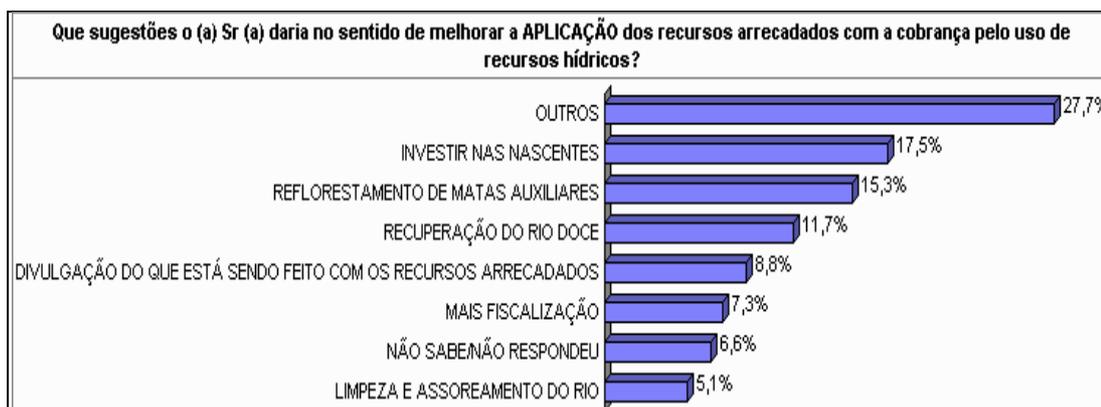
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 21: Que sugestões o (a) Sr (a) daria no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos?

As principais sugestões dos entrevistados no sentido de melhorar a APLICAÇÃO dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos passam pelo INVESTIMENTO NAS NASCENTES, REFLORESTAMENTO DE MATAS AUXILIARES e RECUPERAÇÃO DO RIO DOCE, com 17,5%, 15,3% e 11,7%, respectivamente.

Num patamar abaixo aparecem, DIVULGAÇÃO DO QUE ESTÁ SENDO FEITO COM OS RECURSOS ARRECADADOS, MAIS FISCALIZAÇÃO e LIMPEZA E ASSOAREAMENTO DO RIO, com 8,8%, 7,3% e 5,1%, respectivamente.

Cerca de 7% dos entrevistados NÃO SOUBERAM RESPONDER.

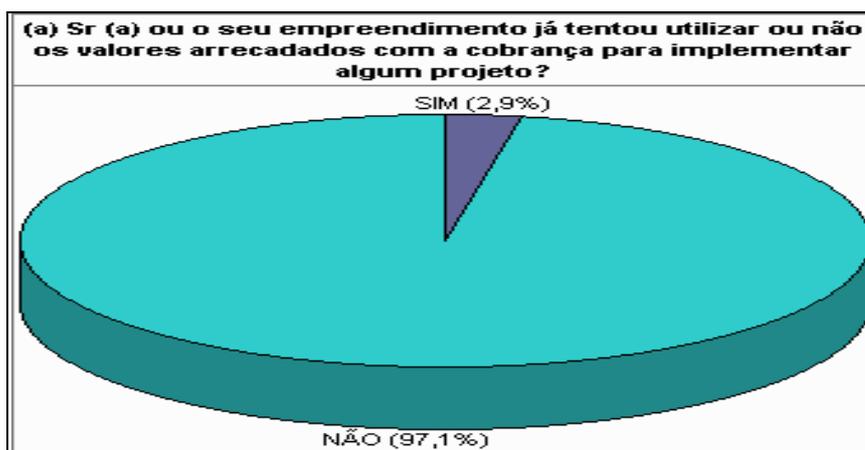


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 137 - Incluem respostas múltiplas

Questão 22: O (a) Sr (a) ou o seu empreendimento já tentou utilizar ou não os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto?

A maioria absoluta dos entrevistados (97,1%), NÃO utilizou os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto.

Apenas 2,9% dos entrevistados utilizaram desses recursos para implementar algum projeto.

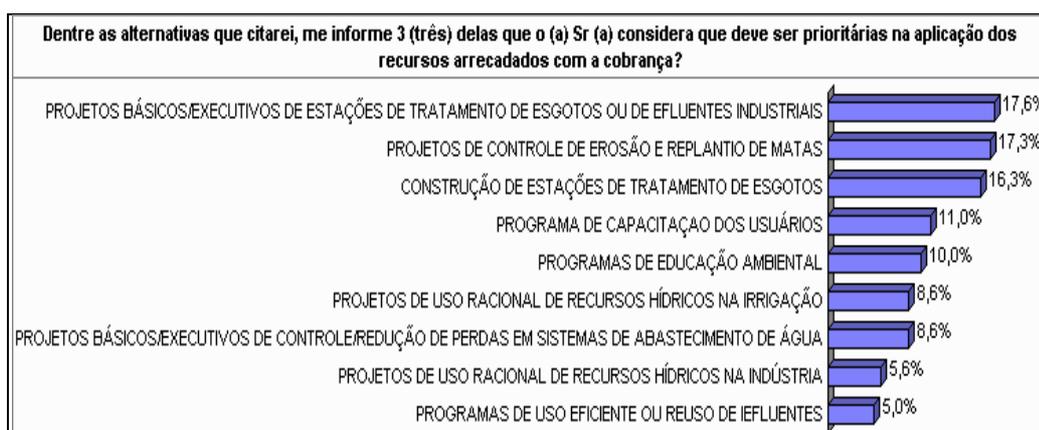


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 23: Dentre as alternativas que citarei, me informe 3 (três) delas que o (a) Sr (a) considera que deve ser prioritárias na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança?

As principais prioridades na aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança na percepção dos entrevistados passam pelos PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS OU EFLUENTES INDUSTRIAIS, PROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO E REPLANTIO DE MATAS e CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO, com 17,6%, 17,3% e 16,3%, respectivamente.

Num patamar abaixo aparecem, PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS e investimento em PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, com 11% e 10%, respectivamente.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 301 – Incluem respostas múltiplas

6.6. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO

Questão 24: Quais fatores que eu vou citar induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água?

Os principais fatores apontados pelos entrevistados que induzem o seu empreendimento a racionalizar o uso da água são a CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, ESCASSEZ DE ÁGUA, LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO e REDUÇÃO DE CUSTOS, com 37,8%, 29,6%, 15,3% e 7,7%, respectivamente.

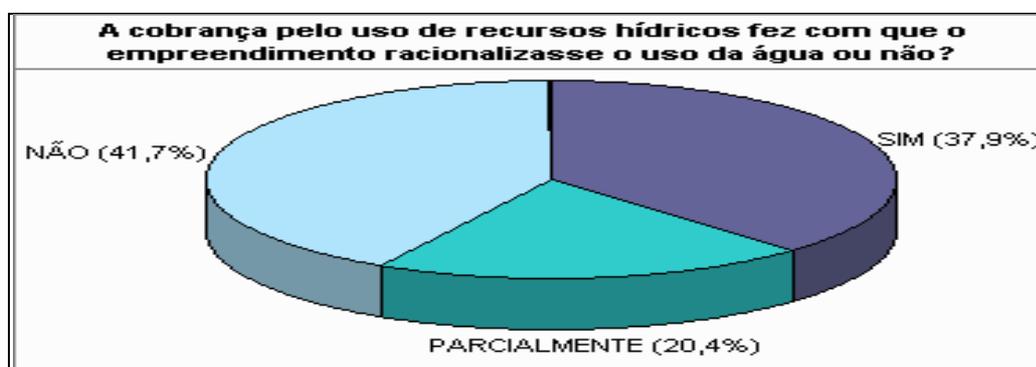


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 196 – Incluem respostas múltiplas

Questão 25: A cobrança pelo uso de recursos hídricos fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água ou não?

Para a maior parcela dos entrevistados (41,7%), a cobrança pelo uso de recursos hídricos NÃO fez com que o empreendimento racionalizasse o uso da água, enquanto que 20,4% disseram que foi PARCIALMENTE racionalizado.

Já 37,9% dos entrevistados citaram que SIM houve racionalização do uso da água.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103
 Rua São Romão, 166 – Loja 10 – Santo Antônio
 Belo Horizonte – MG – Cep: 30.330-120
 Telefax: 31 3317-0201
 E-mail: impom@impom.com.br
 Site: www.impom.com.br

Questão 26: Nos próximos anos a atividade do seu empreendimento, diria que....

Segundo um pouco mais 1/3 dos entrevistados (36,9%) nos próximos anos a atividade do seu empreendimento CRESCERÁ. Em contrapartida, a mesma proporção de entrevistados (36,9%) afirmaram que a atividade do seu empreendimento FICARÁ NO MESMO NÍVEL.

A atividade do empreendimento RUDUZIRÁ para apenas 18,4% dos entrevistados e 7,8% dos entrevistados NÃO SOUBERAM INFORMAR.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 27: Para atender a essa atividade futura, o seu consumo de água.....

Cerca de 40% dos entrevistados afirmaram que para atender a atividade futura o seu consumo de água FICARÁ NO MESMO NÍVEL, enquanto que para 32% dos entrevistados o consumo de água AUMENTARÁ.

Já para 20,4% dos entrevistados o consumo de água REDUZIRÁ.

NÃO SOUBE INFORMAR uma parcela de 7,8% dos entrevistados.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 28: Em sua opinião, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá ou não os usuários a racionalizarem o uso da água?

Para mais da metade dos entrevistados, a cobrança que vem sendo realizada na bacia induzirá os usuários a racionalizarem o uso da água (58,3%).

Todavia, para quase 1/3 dos entrevistados a cobrança que vem sendo realizada NÃO induzirá os usuários a racionalizarem o uso da água (32%).

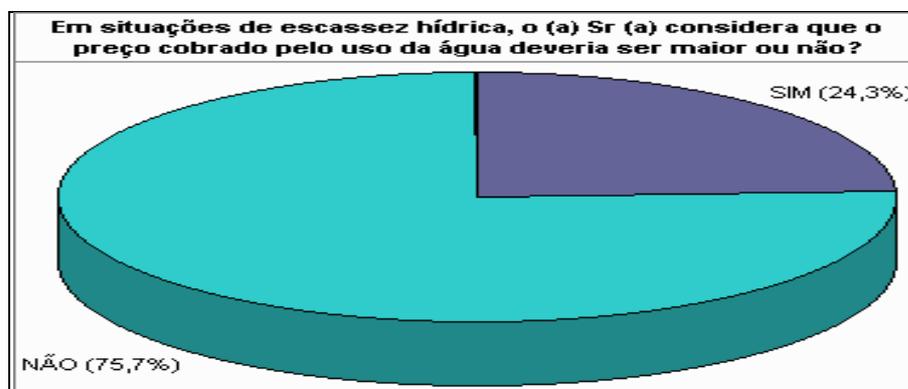
Uma parcela de 9,7% dos entrevistados NÃO SOUBE INFORMAR.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 29: Em situações de escassez hídrica, o (a) Sr (a) considera que o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior ou não?

Cerca de 3/4 dos entrevistados são CONTRÁRIOS a elevação dos preços cobrados pelo uso da água em situações de escassez (75,7%). Todavia, 24,3% dos entrevistados são a FAVOR da elevação dos preços nesses casos.



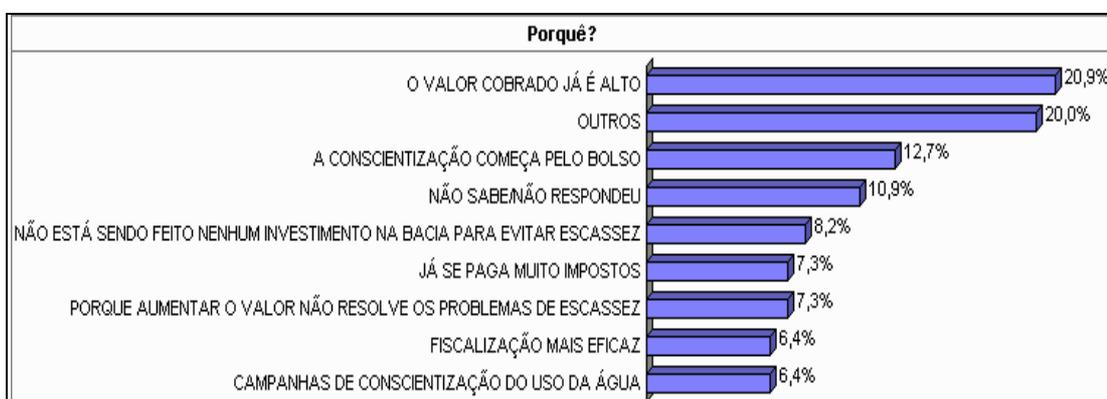
Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 30: Porquê?

Entre as principais justificativas contra e a favor sobre situações de escassez hídrica e se o preço cobrado pelo uso da água deveria ser maior, uma parcela de 20,9% afirmou que o VALOAR JÁ É ALTO e 8,2% dos entrevistados disseram que NÃO ESTÁ SENDO FEITO NENHUM INVESTIMENTO NA BACIA PARA EVITAR A ESCASSEZ.

Para 7,3% dos entrevistados, JÁ SE PAGA MUITO IMPOSTOS e outra parcela de mesma proporção (7,3%) afirmou que AUMENTAR O VALOR NÃO RESOLVE OS PROBLEMAS DE ESCASSEZ, enquanto que, 6,4% consideram que deveria ter uma FISCALIZAÇÃO MAIS EFICAZ.

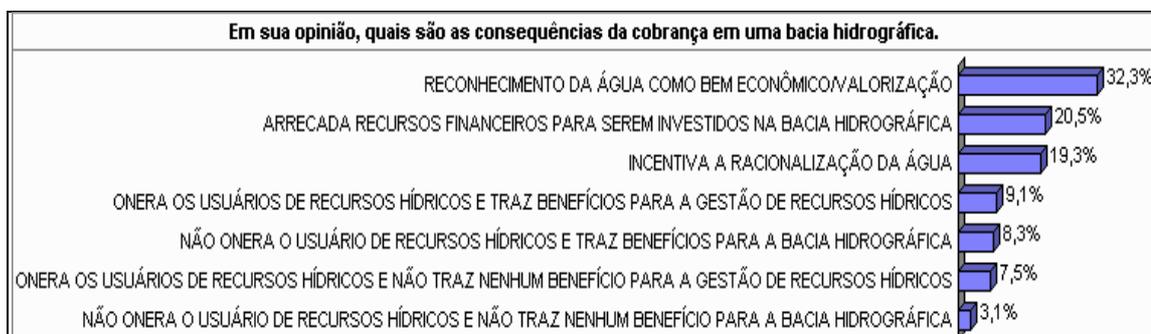
Pelo lado dos que são favoráveis ao aumento, 12,7%, desses entrevistados afirmaram que A CONSCIENTIZAÇÃO COMEÇA PELO BOLSO e para 3,6%, isto passa por CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 110 – Incluem respostas múltiplas

Questão 31: Em sua opinião, quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica?

Para a maioria dos entrevistados, as consequências da cobrança em uma bacia passam pelo RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO/VALORIZAÇÃO (32,3%), ARRECADA RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM INVESTIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA (20,5%) e INCENTIVA A RACIONALIZAÇÃO DA ÁGUA (19,3%) .



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 254 – Incluem respostas múltiplas

Questão 32: O seu empreendimento é favorável ou não à cobrança de recursos hídricos?

A grande maioria dos entrevistados (90,3%), disse que SIM, ou seja, que é favorável à cobrança de recursos hídricos, enquanto que 9,7% dos entrevistados NÃO são favoráveis a essa cobrança.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 33: Qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento?

Mais de 2/5 dos entrevistados NÃO SOUBE INFORMAR o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento (42,7%).

Dos entrevistados que souberam afirmar, 28,2% deles mencionaram que o percentual é MENOS DE 0,5%. DE 0,5% a 1% foi citado por 7,8% dos entrevistados, enquanto que para 8,7%, o percentual é DE 1% a 2%.

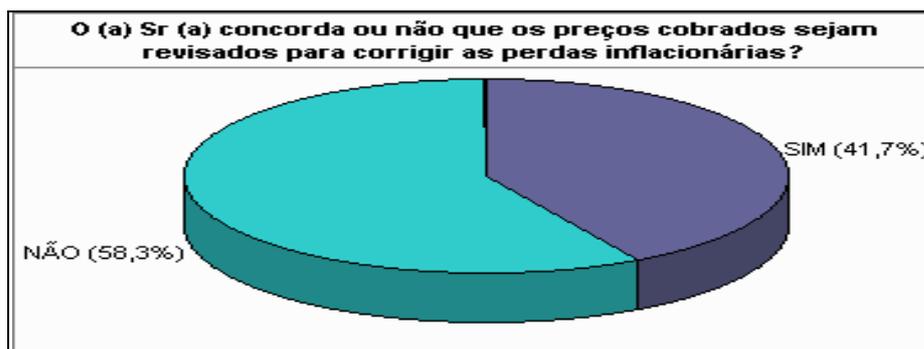
DE 2% a 5% são 8,7% dos entrevistados e ACIMA DE 5% o percentual é 3,9%.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 34: O (a) Sr (a) concorda ou não que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias?

Mais da metade dos entrevistados (58,3%) NÃO é favorável que os preços cobrados sejam revisados para corrigir as perdas inflacionárias. Todavia, 41,7% disseram SIM a favor da revisão dos preços.

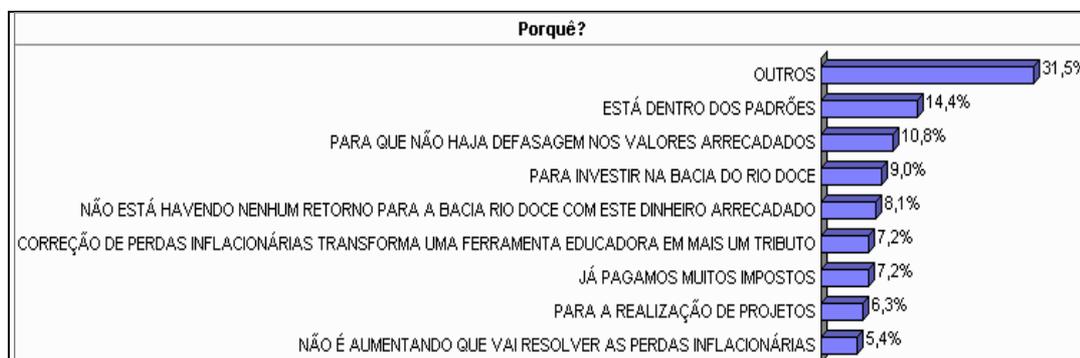


Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 103

Questão 35: Porquê?

Entres principais justificativas contrárias à revisão dos preços para corrigir as perdas inflacionárias, há a alegação que ESTÁ DENTRO DOS PADRÕES, NÃO ESTÁ HAVENDO NENHUM INVESTIMENTO PARA A BACIA DO RIO DOCE COM ESTE DINHEIRO ARRECADADO e JÁ PAGAMOS MUITOS IMPOSTOS, com 14,4%, 8,1% e 7,2%, respectivamente.

Já os entrevistados favoráveis ao reajuste alegam que PARA QUE NÃO HAJA DEFASAGEM NOS VALORES ARRECADADOS, PARA INVESTIR NA BACIA e CORREÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS TRANSFORMA UMA FERRAMENTA EDUCADORA EM MAIS UM TRIBUTOS, com 10,8%, 9% e 7,2%, respectivamente.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 111 – Incluem respostas múltiplas

6.7. CRÍTICAS E SUGESTÕES

Questão 36: Finalizando, o Sr (a) gostaria de registrar alguma crítica ou sugestão relacionada à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica?

As principais críticas e sugestões passam pela DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS NA BACIA, REFLORESTAMENTO NAS MARGENS DO RIO, INVESTIR NA RECUPERAÇÃO DO RIO, NO DESASSOREAMENTO, MAIS FISCALIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E MORADORES NO USO DA ÁGUA DO RIO e PRESERVAÇÃO E TRATAMENTO DAS NASCENTES com 15,3%, 7,3%, 7,3%, 5,6% e 5,6%, respectivamente.



Fonte: IMPOM PESQUISA /Base: 124 – Incluem respostas múltiplas

6.8. CONCLUSÕES

Os resultados dessa pesquisa possibilitam apontar uma série de conclusões com base nas opiniões dos usuários cobrados sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na bacia hidrográfica do Rio Doce.

Sobre a caracterização dos entrevistados

De maneira geral, a maior parcela dos entrevistados é do segmento Mineração, pertencentes à Faixa C de Usuários de valores pagos e estão pagando pelos recursos hídricos em até três anos.

Sobre o nível de conhecimento dos entrevistados sobre o CBHDOCE – Comitê da Bacia do Rio Doce

A pesquisa revelou que o nível de conhecimento por parte dos entrevistados sobre o Comitê da Bacia do Rio Doce deixa um pouco a desejar, onde apenas quase a metade dos entrevistados afirmara conhecer de fato a entidade.

Dos entrevistados que afirmaram conhecer a entidade de fato, 1/4 deles são membros do Comitê atualmente e cerca de 40% não são e não gostariam de ser. Todavia, uma parcela de 21,6% dos entrevistados não são membros e gostariam de ser. Caberá ao Comitê da Bacia do Rio Doce ampliar ou não a adesão de mais membros em seu quadro.

Ao serem indagados se tomaram conhecimento de alguma reunião ou deliberação do Comitê, mais de 70% deles disseram que tomaram conhecimento de uma reunião há menos de um ano e no caso de uma deliberação esse percentual cai para 50% dos casos. Mais de 1/4 dos entrevistados não soube informar quem os representa no Comitê. Já aqueles que citaram a entidade que os representa no Comitê, cerca de quase 2/5 deles disseram que o seu representante não mantém diálogo sobre as discussões de cobrança e sua aplicação na bacia do Rio Doce. Um pouco mais de 1/4 deles disseram que são representados no Comitê da Bacia do Rio Doce por Órgão Público, municipal/estadual/federal. É aconselhável que os representantes dos usuários intensifiquem os diálogos sobre reuniões e deliberações do Comitê da Bacia do Rio Doce para que todos fiquem bem informados.

Ao serem indagados sobre o papel desempenhado pelo Comitê da Bacia na Gestão de Recursos Hídricos, cerca de um pouco mais de 2/5 dos entrevistados veem com ressalvas as decisões tomadas por essa entidade.

Diante desse contexto, recomenda-se rever o plano de comunicação do Comitê da Bacia do Rio Doce para reverter o quadro atual. Um trabalho de comunicação mais eficaz junto

aos usuários de água da bacia hidrográfica do Rio Doce, assim como para a sociedade em geral.

Sobre o nível de conhecimento dos entrevistados sobre a entidade delegatária de funções de agência de água IBIO AGB DOCE

A pesquisa revelou que o nível de conhecimento por parte dos entrevistados sobre a IBIO AGB DOCE é ainda menor se comparado ao do Comitê da Bacia do Rio Doce, onde apenas 2/5 dos entrevistados afirmou conhecer a entidade.

Dos entrevistados que afirmaram conhecer a entidade, mais de 1/3 não soube informar quais são as funções desempenhadas por ela.

Ao serem questionados sobre a atuação do IBIO AGB DOCE, quase 1/5 dos entrevistados também vêm com ressalvas as contribuições da entidade no que se refere à sua contribuição para a Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce.

Assim como ocorre com o Comitê da Bacia do Rio Doce, diante das revelações dessa pesquisa, caberá ao IBIO AGB DOCE tomar as seguintes decisões: reformular o seu Plano de Comunicação e torná-lo mais eficaz de forma que os usuários cobrados, e a sociedade em geral possam tomar conhecimento pleno de suas funções na Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e de sua importância para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Sobre o nível de conhecimento dos entrevistados sobre a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos

Mais uma vez os resultados da pesquisa revelaram um nível de desconhecimento por parte dos entrevistados sobre os objetivos da cobrança pelos Recursos Hídricos de uma Bacia. Apenas 29,2% dos entrevistados revelaram possuir de fato conhecimento a esse respeito.

Também é alto o desconhecimento por parte dos entrevistados sobre os mecanismos e valores de cobrança praticados na bacia, onde 20,4% deles afirmaram conhecê-los.

Ao serem indagados sobre quem propõe a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos na Bacia, mais da metade dos entrevistados citou a ANA – Agência Nacional de Águas, revelação essa que confirma o baixo nível de conhecimento por parte dos usuários sobre esse aspecto.

Na opinião dos entrevistados, para aprimorar os mecanismos e valores da cobrança pelos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, as principais sugestões passam por: divulgar o que está sendo feito, os projetos, maior fiscalização e apoio

técnico, transparência e divulgação da aplicação desses recursos, reflorestamento nas margens do rio e mais participação do governo.

Sobre o nível de conhecimento dos entrevistados sobre o montante e aplicação e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos

Apenas 4,58% dos entrevistados afirmaram conhecer muito ou totalmente o montante e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos.

Ao serem questionados sobre quem decide como são aplicados os valores arrecadados, mais uma vez aparece como responsáveis para 51,9% dos entrevistados a ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS.

Apenas em torno de 13% dos entrevistados conhecem muito ou totalmente as ações que vêm sendo implementadas com os recursos gerados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Revela-se mais uma vez a ineficiência da comunicação entre os órgãos competentes junto aos usuários cobrados.

Ao serem questionados no sentido de melhorar a aplicação dos recursos arrecadados, as principais sugestões por parte dos entrevistados foram: investir nas nascentes, reflorestamento de matas auxiliares, recuperação do rio, divulgação como o que está sendo feito com os recursos arrecadados e mais fiscalização. Essas sugestões devem ser levadas em consideração para o Plano de Ação na aplicação dos recursos arrecadados por irem ao encontro dos desejos, anseios e expectativas dos usuários cobrados.

Apenas cerca de 3% dos entrevistados afirmaram que utilizaram os valores arrecadados com a cobrança para implementar algum projeto do próprio empreendimento.

Ao serem indagados de forma estimulada sobre quais das alternativas citadas para aplicação dos recursos arrecadados em prol da bacia, os mais citados foram por ordem de preferência: Projetos de controle de erosão e replantio de matas, Projetos de controle de erosão e replantio de matas, Construção de estações de tratamento de esgotos, Programa de capacitação dos usuários e Programas de educação ambiental. Da mesma, forma seria interessante levar em consideração essas sugestões dos usuários.

Sobre a Gestão de Recursos Hídricos no próprio empreendimento

Consciência ambiental, escassez de água, legislação/ fiscalização e redução de custos são os principais fatores que induzem os usuários cobrados a racionalizar o uso da água. Além desses fatores, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos fez com que quase 2/5 deles mudasse o comportamento e passasse a racionalizar o uso da água.

Intensificar ainda mais as campanhas publicitárias com foco nesses fatores ajudará sobremaneira na racionalização dos recursos hídricos e reconhecimento por parte dos usuários de que os recursos hídricos são um bem econômico e devem ser valorizados.

Quanto às atividades futuras dos empreendimentos dos usuários cobrados na bacia, mais de 1/3 dos entrevistados afirmaram que haverá manutenção no nível. Já para outra parcela equivalente de 1/3 dos entrevistados, para atender as atividades futuras o consumo de água tende a crescer.

Diante dessas previsões serão necessários investimentos cada vez maiores para atender a essa demanda futura.

Apesar de quase 60% dos entrevistados citarem que a cobrança que vem sendo realizada induzirá os usuários a racionalizarem o uso da água, apenas cerca de 1/4 deles são favoráveis em aumentar os valores cobrados em tempos de escassez. Os motivos alegados pelos entrevistados contrários ao reajuste dos preços é que o valor cobrado já é alto, a conscientização começa pelo bolso, por não estar sendo feito nenhum investimento na bacia para evitar a escassez, já se paga muito impostos e porque aumentar o valor não resolve o problema da escassez.

Para reverter esse cenário de descrença por parte dos usuários contrários ao reajuste dos valores cobrados, é preciso divulgar de forma eficaz os projetos que estão sendo realizados com a arrecadação desses recursos em benefício da bacia.

Ao serem questionados sobre quais são as consequências da cobrança em uma bacia hidrográfica, nota-se que a maioria absoluta dos usuários cobrados têm consciência de que é necessário, desde que vejam o retorno dessa cobrança em benefício de todos. Para a maioria deles as consequências passam pelo reconhecimento da água como bem econômico/valorizado, arrecada recursos financeiros para serem investidos na bacia hidrográfica e incentiva a racionalização da água, por ordem de prioridades.

De cada dez entrevistados, nove deles são favoráveis a cobrança de recursos hídricos, sinalizando mais uma vez o nível de consciência de que a cobrança se faz necessária.

A maioria dos entrevistados não soube/não informou qual é o percentual da cobrança sobre o custo total de seu empreendimento.

Ao contrário de quando questionados se deveriam ser reajustados os valores da cobrança, onde apenas 25% dos entrevistados são favoráveis, quando foram questionados se concordariam que os preços cobrados fossem revisados para corrigir as perdas inflacionárias, o percentual a favor dessa correção inflacionária sobe para cerca de 42% dos entrevistados. Os entrevistados a favor da correção alegaram que está dentro dos padrões, para que não haja defasagem nos valores arrecadados, e para investir na bacia.

Mais uma vez fica evidenciado que a maioria dos usuários cobrados sabe da importância da cobrança pelos recursos hídricos, porém querem ver o retorno desses recursos financeiros traduzidos em benefícios da bacia. Caberá aos órgãos competentes levar ao conhecimento de todos os projetos já realizados e a realizar com esses recursos arrecadados em benefício da bacia.

Sobre as críticas e sugestões

As principais críticas e sugestões passam pela maior divulgação e esclarecimentos sobre o uso dos recursos arrecadados, reflorestamento nas margens do rio, investir na recuperação do rio no desassoreamento, mais fiscalização dos usuários e moradores no uso da água do rio e preservação e tratamento das nascentes.

Diante dos resultados dessa pesquisa, fica notória a necessidade de refazer e/ou fortalecer o Plano de Comunicação, tanto do Comitê da Bacia do Rio Doce quanto do IBIO AGB DOCE como, por exemplo com a criação de canais de relacionamento alternativos de forma segmentada por ramos de atividade e por faixa de valor pago.

Sendo essa pesquisa um marco zero é aconselhável que a mesma deverá ser repetida a cada dois anos, tempo necessário para implantação do Plano de Comunicação e Estratégico tanto do Comitê da Bacia do Rio Doce como o do IBIO AGB DOCE para que se possa monitorar os indicadores e alcançar as metas estabelecidas em seus respectivos Planos de Ação.

Como recomendação final, é aconselhável manter o cadastro de usuários pagos sempre atualizado, tendo em vista que nessa pesquisa, ficou constatado um número significativo de telefones errados.